



JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

IMPRESSO ESPECIAL
991225862-0-DRIPR
Sin. Tr. Ind. Refinest
Ex. Petróleo Est. Pr.
CORREIOS

Fechamento Autorizado
Pode ser aberto pela ECT

PARA USO DO CORREIO

<input type="radio"/> Mudou-se	<input type="radio"/> Falecido
<input type="radio"/> Desconhecido	<input type="radio"/> Ausente
<input type="radio"/> Recusado	<input type="radio"/> Não Procurado
<input type="radio"/> Endereço Insuficiente	<input type="radio"/> Info. Escritas pelo Porteiro ou Síndico
<input type="radio"/> Não Existe nº Indicado	

Reintegrado ao Serviço Postal em: _____ Responsável: _____

Rua Lamenha Lins, 2064, Rebouças,
Curitiba-PR - CEP 80220-080

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXVIII | Nº 1296 | de 12 a 25/11/2012

BASTA DE MORTES!

No Dia Nacional de Luta convocado pela FUP, petroleiros de todo país exigiram o fim dos acidentes

Três mortes em menos de 15 dias, 12 no ano e 323 vítimas desde 1995. Este balanço sinistro dos acidentes no Sistema Petrobrás despertou a indignação da categoria petroleira, que realizou protestos em todo o país no dia 09. As mobilizações foram convocadas pela FUP e exigiram o fim da rotina sangrenta de acidentes e doenças que matam, mutilam e incapacitam dezenas de trabalhadores a cada ano.

A chuva impossibilitou a realização de atraso na entrada do turno e no expediente da Repar, mesmo assim os dirigentes

do Sindipetro Paraná e Santa Catarina distribuíram um panfleto com informações sobre o cenário de insegurança na companhia e a falta de vontade política dos gestores da Petrobrás em construir um novo modelo de SMS que faça as mudanças estruturais necessárias para evitar os acidentes. O mesmo material foi distribuído nos terminais terrestres e aquaviários da Transpetro.

Na Usina do Xisto, em São Mateus do Sul, o Sindicato atrasou em uma hora o expediente e promoveu o debate sobre segurança com os



Mau tempo atrapalhou a mobilização na Repar



Petroleiros da SIX atrasaram a entrada em protesto por mudanças na SMS

petroleiros. Durante o protesto foi encaminhada a sugestão de realização de uma Audiência Pública entre a FUP, Ministério do Trabalho, Petrobrás e Ministério Público do Trabalho (MPT) para a discussão aprofundada sobre o problema crônico dos acidentes na companhia. Para o diretor do Sindipetro, Rui Rossetim, o problema não é apenas de SMS. “O pano de fundo é a terceirização, que envolve duas dimensões, o modelo perverso das contratações de mão de obra terceirizada e a postura passiva dos sindicatos que representam esses trabalhadores diante dos acidentes”, apontou.

O último acidente que matou mais um trabalhador comprova as afirmações de Rossetim. No dia 30 de outubro o caldeireiro Sérgio Henrique de Faria Bandeira,

O pano de fundo é a terceirização, que envolve duas dimensões, o modelo perverso das contratações de mão de obra terceirizada e a postura passiva dos sindicatos que representam esses trabalhadores diante dos acidentes

Rui Rossetim,
diretor do Sindicato

da empresa Manserv, que prestava serviços para a Petrobrás na Revap, em São José dos Campos, foi vítima da política de (in)segurança da empresa, que opta pela terceirização de seus riscos ao invés de investir em melhorias nas condições de trabalho e recomposição do efetivo próprio. Enquanto a Petrobrás insistir nessa política que prioriza o lucro ao invés da vida, os acidentes fatais continuarão sendo a trágica rotina da empresa.

Palestra “AMS na Área” acontece no Sindicato

Atividade acontece no dia 29/11 (quinta-feira), às 15 horas, no auditório do Sindipetro (R. Lamenha Lins, 2064, Curitiba).

A Petrobrás criou o projeto “AMS na Área”, cujo objetivo é realização de palestras sobre a Assistência Médica Suplementar em diversas unidades da empresa. Como a finalidade também é atingir petroleiros que estiverem de folga ou férias e aposentados e pensionistas, a companhia solicitou o auditório do Sindicato para contemplar os que não estavam nas unidades na data da apresentação.

A Direção do Sindipetro Paraná e Santa Catarina atendeu ao pedido e o evento foi agendado para o dia 29 de novembro, às 15h00. Uma equipe multidisciplinar do RH e Compartilhado será responsável pela palestra, que vai abordar aspectos gerais da AMS, histórico do mercado de saúde, evolução da AMS no Brasil e na Região, além de esclarecimento de dúvidas do público presente. Não é necessária a inscrição prévia. Trata-se de uma oportunidade para relatar aos gestores sobre os vários problemas da AMS na região. O Sindicato tem atuado no sentido de cobrar insistentemente do Compartilhado as soluções para as pendências do benefício e vai solicitar a realização dessa mesma palestra em Santa Catarina.

FUP exige que Petrobrás intervenha para manter o convênio com o INSS

Nas reuniões das Comissões de Acompanhamento do Acordo Coletivo e de AMS, realizadas nos dias 05 e 06/11, a FUP e seus sindicatos exigiram das gerências da Petrobrás que intervenham junto ao INSS e ao Ministério da Previdência para cobrar a manutenção do convênio que a empresa tem com o Instituto.

O convênio Petrobrás/INSS existe desde 1984 e possibilita que a AMS seja garantida pela empresa para os aposentados e pensionistas e que a Petrobrás, juntamente com a Petros, cumpra com uma série de conquistas garantidas ao longo dos anos para os aposentados e pensionistas, como o pagamento e o adiantamento dos benefícios da parcela do INSS nas mesmas datas da ativa; empréstimos com cálculo e desconto na parcela do INSS, entre outras cláusulas pactuadas nos Acordos Coletivos da categoria.

Recentemente, a diretoria da Petros foi informada pela Petrobrás que o INSS ameaça interromper o convênio a partir de fevereiro. A FUP cobrou dos gestores da empresa e da Petros que busquem todos os canais possíveis para garantir a manutenção do convênio. Em reuniões com a FUP, a gerência de RH da Petrobrás se comprometeu a fazer gestões junto ao INSS e ressaltou que não há interesse algum da empresa no fim do convênio. Segundo a empresa, o INSS está ameaçando romper os convênios com todas as estatais, alegando problemas operacionais.

Apesar da afirmação dos representantes da Petrobras, a FUP continuará cobrando a manutenção do Convênio e utilizará todas as formas de pressão para impedir que ele seja extinto.

A Petrobrás reiterou que manterá todos os compromissos acordados com os trabalhadores no ACT mesmo com o fim do Convênio com o INSS, caso venha a ocorrer, inclusive a AMS, que é uma conquista garantida pelo Acordo Coletivo.



Agenda Sindical

Novembro

- 20** - Setorizada com os petroleiros da DH/Repar, às 10h00 e às 17h45, na Sede do Sindicato.
- 21** - Reunião de negociação do efetivo da T.E da Repar, das 10h às 12h, na Refinaria.
- 21** - Culto Ecumênico em memória do jornalista Anderson Leandro da Silva, às 18h30, no auditório do Sindipetro.
- 22** - Bate Papo Sindical, 15h30, no PV-1 da Repar.
- 24** - Encontro Sul de Mulheres Petroleiras, das 08h30 às 16h30, na Sede do Sindicato.
- 27** - Setorizada com os petroleiros da DCCF da Repar, às 10h00 e às 17h45, na Sede do Sindicato.
- 28** - Reunião de negociação do efetivo de DH da Repar, das 10h às 12h, na Refinaria.
- 29** - Bate Papo Sindical, 15h30, no PV-1 da Repar.
- 29** - Palestra “AMS na Área”, às 15h00, na Sede do Sindicato (voltada para aposentados e quem estava de folga no dia da apresentação na Repar).

Dezembro

- 03** - Reunião do Conselho Estadual Permanente do Benzeno (CEPBz), em Curitiba.
- 03 e 04** - Encontro Nacional Jurídico da FUP, no Rio de Janeiro.
- 04** - Setorizada com os petroleiros da M.I, às 10h00 e às 17h45, na Sede do Sindicato.
- 05 a 07** - Reunião do Conselho Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz), em Brasília.
- 06** - Bate Papo Sindical, 15h30, no PV-1 da Repar.
- 11** - Setorizada com os petroleiros do LAB da Repar, às 10h00 e às 17h45, na Sede do Sindicato.
- 13** - Reunião de negociação do efetivo da DCCF da Repar, das 10h às 12h, na Refinaria.
- 13** - Bate Papo Sindical, 15h30, no PV-1 da Repar.
- 19** - Reunião de negociação do efetivo da M.I da Repar, das 10h às 12h, na Refinaria.
- 20** - Reunião de negociação do efetivo do LAB da Repar, das 10h às 12h, na Refinaria.
- 20** - Bate Papo Sindical, 15h30, no PV-1 da Repar.

Auxílio Funeral: benefício é ampliado com serviços de cremação e sepultamento



O Sindipetro Paraná e Santa Catarina criou em 2008 o Auxílio Funeral, um benefício monetário de R\$ 2.200,00 a ser pago à família do petroleiro sindicalizado, em caso de falecimento do titular, para ajuda com as

despesas do funeral. Nos últimos 4 anos, mais de 40 famílias foram beneficiadas. Na época, a ideia era oferecer a opção de serviço funeral ou auxílio financeiro. Não foi possível implementar o serviço funeral devido

à alta idade média dos sindicalizados (ativos, aposentados e pensionistas). Agora o Sindicato adicionou as opções de serviço de cremação ou sepultamento, além é claro da alternativa de receber o valor monetá-

rio (como a família desejar), por meio de celebração de contrato com a Funerária Vaticano. As novas opções do benefício estão em fase experimental. A empresa disponibilizará os seguintes serviços:

Cremação

- Processo de cremação.
- Urna de madeira p/ cinzas.
- Documentação (do processo de cremação).
- Cerimonial de acordo com a religião.
- Serviço de copa e recepção.
- Atendimento 24 horas.
- 72 horas de câmara fria, se necessário ou solicitado.
- 30 dias de uso da sala de memórias (armazenamento da urna de cinzas até definição do destino).
- Utilização da Capela Vaticano.

*Obs: Não estão incluídos nos serviços o caixão e os translados.

A Vaticano possui crematórios em Campina Grande do Sul, Balneário Camboriú, Florianópolis e Blumenau (em construção) e atende solicitação de cremações de todo o Brasil. O serviço funeral poderá ser solicitado em qualquer cidade do país.

Sepultamento

- Urna mortuária padronizada (padrão 07).
- Véu bordado.
- Ornamentação do caixão com flores da época.
- Castiçais e suportes.
- Divulgação do óbito em jornais, rádio e internet.
- Coroa de flores da época em nome da família.
- 50 cartões santinhos para missa de sétimo dia.
- Assistente social à disposição da família
- Capela Vaticano, Capela Santa felicidade, ou capelas de Cemitérios Municipais.
- Serviço de informação ou orientação 24 horas.
- Lanche na Copa.

*Obs: Não está incluído no serviço o jazigo.

Como utilizar os serviços:

Ligar para a Vaticano e solicitar o convênio com o Sindipetro

PARANÁ: CURITIBA

(41) 30193006 - Rua João Manoel, 460 – São Francisco – em Frente ao Cemitério Municipal

(41) 30298539 - Rua Nilo Cairo, 32 B – Centro

SANTA CATARINA

Balneário Camboriú:

(47) 3650.3361 | 3398.1388 | 33610171 | Rod. BR 101.

Florianópolis (apenas escritório):

(48) 3226-3006 | 32360100 - Rua Pastor Willian Richard Schisler Filho, 452-sala 2

A Vaticano disponibilizará sua funerária ou indicará uma para a família escolher o caixão e fazer o traslado para capela de velório e posteriormente para o crematório. Com exceção de Curitiba, nas demais cidades não existe o sistema de rodízio e pode ser contratada qualquer funerária. O caixão e o traslado deverão ser pagos pela família, o restante dos serviços deverá ser realizado pela Vaticano, sem qualquer ônus.

Observações importantes:

- 1) Só terá direito ao valor monetário ou cremação ou funeral o titular ativo, aposentado e pensionista associado no Sindicato.
- 2) A família do falecido deverá optar pelo serviço de cremação, funeral ou pelo valor monetário atual de (R\$ 2.200,00).
- 3) Salientamos que estão fora dos serviços de cremação o caixão e os translados.
- 4) Salientamos que não está incluído no funeral, o jazigo que poderá ser alugado ou comprado.
- 5) Na liberação do serviço a empresa Vaticano checará o direito do associado falecido (somente o titular), através de listagem dos sócios do Sindipetro PR/SC, fornecida à empresa pelo Sindicato.
- 6) O Sindicato prestará qualquer orientação durante o horário comercial.
- 7) Oriente sua família sobre os procedimentos necessários.
- 8) Estes esclarecimentos estarão disponíveis no site do Sindicato www.sindipetroprsc.org.br, na janela “ Espaço dos Aposentados”, no menu “ Auxílio Funeral”.
- 9) Tratando-se de um benefício bancado pela entidade, o Sindicato reserva o direito de proceder alterações que julgar necessárias em caso de problemas de custeio.

Resolução da CUT sobre destinação dos royalties do petróleo para a Educação

Central afirma que decisão da Câmara impõe um retrocesso sem precedentes para a sociedade brasileira

A elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE que entra em vigor no próximo ano apresenta 20 metas que têm como maior objetivo promover um amplo processo de democratização da educação, além de apontar na perspectiva da almejada garantia da qualidade socialmente referenciada da educação brasileira, tendo como parâmetros a valorização dos profissionais da educação, a universalização do acesso, maior articulação do ensino com os campos da ciência e tecnologia, articulação das diferentes redes de ensino, entre outros.

Para tanto, considera-se que o cumprimento da meta 20 do PNE, que prevê a destinação de 10% do Produto Interno Bruto – PIB é extremamente relevante na direção dos objetivos e perspectivas apontadas nas outras 19

metas. Construiu-se um amplo consenso que para o cumprimento da meta 20, seria indispensável a destinação de 100% dos recursos oriundos dos royalties do petróleo. Havia concordância da Presidenta Dilma, bem como do Ministro da Educação Aloizio Mercadante.

No entanto, para surpresa de todos os setores que lutam por um Plano Nacional de Educação democrático, incluído e com potencial para avançarmos na superação da grande dívida social que o país ainda possui com uma grande parcela da população, a Câmara dos Deputados na noite da última terça-feira (6/11), contrariando o amplo entendimento construído e desconsiderando o substitutivo do Dep. Carlos Zarattini, aprovou o texto-base do Senado Federal do Projeto de Lei

2565/2011, que muda a distribuição dos royalties do petróleo. Sendo assim, não há mais garantia de que a meta 20 do PNE seja efetivamente alcançada.

Para a Central Única dos Trabalhadores, trata-se de um golpe de um grupo de deputados liderados pelo DEM que, curvando-se às chantagens de prefeitos e governadores comprometem todos os compromissos do Brasil com a promoção da cidadania substantiva, na qual a educação cumpre uma função indispensável.

A CUT continuará na defesa da meta 20 do PNE e investirá em um processo de

pressão e mobilização para que os recursos dos royalties do petróleo tenham como

A CUT continuará na defesa da meta 20 do PNE e investirá em um processo de pressão e mobilização para que os recursos dos royalties do petróleo tenham como destino os investimentos na educação. Vamos pressionar o Poder Executivo Federal para que veto o projeto aprovado na Câmara e retorne as articulações e negociações para a apresentação de uma Medida Provisória específica, vinculando as receitas da União, Estados e Municípios com os royalties à Educação, tendo em vista a garantia da qualidade da educação brasileira, fundamental para um desenvolvimento sustentável e pautado em um contínuo processo de inclusão social.

destino os investimentos na educação. Vamos pressionar o Poder Executivo Federal para que veto o projeto aprovado na Câmara e retorne as articulações e negociações para a

apresentação de uma Medida Provisória específica, vinculando as receitas da União, Estados e Municípios com os royalties à Educação, tendo em vista a garantia da qualidade da educação brasileira, fundamental para um desenvolvimento sustentável e pautado em um contínuo processo de inclusão social.



Proposta de Sindicalização

Nome: _____ Nome de Guerra: _____

Sexo () M () F Nascido em: ____/____/____ Cidade: _____ Estado: _____

Admissão na empresa: ____/____/____ Nível Salarial: _____

Empresa: _____ Matrícula: _____

Aposentadoria: ____/____/____ CB: _____

CPF: _____ Cargo/Função: _____ Setor: _____

Gerência _____ Órgão: _____

End. Res.: _____ nº _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____ - _____

Tel Res.: (____) _____ - _____ Tel Com: (____) _____ - _____

E-mail: _____

() **Aposentados** - Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 0,8% do rendimento bruto (INSS+Petros).

() **Ativos** - Autorizo o desconto em folha de pagamento do valor correspondente a 2,5% do salário básico.

_____, ____ de 201__.

assinatura